

Subjetividade e trabalho e trabalho  
ou como as mudanças do mudanças do  
capitalismo têm afetado a têm afetado a  
constituição de sujeitos de sujeitos

Subjetividade e trabalho e trabalho  
ou como as mudanças do mudanças do  
capitalismo têm afetado a têm afetado a  
constituição de sujeitos de sujeitos

Subjetividade e trabalho e trabalho  
ou como as mudanças do mudanças do  
capitalismo têm afetado a têm afetado a  
constituição de sujeitos de sujeitos

**Subjetividade e trabalho e trabalho**  
**ou como as mudanças do mudanças do**  
**capitalismo têm afetado a têm afetado a**  
**constituição de sujeitos de sujeitos**

# Subjetividade e trabalho ou como as mudanças do capitalismo têm afetado a constituição de sujeitos

Izabela Loner Santana  
Universidade Federal do ABC

**RESUMO:** Este ensaio tem como objetivo refletir sobre a relação entre subjetividade e trabalho no atual estado do capitalismo. Para isso, mobiliza-se, por um lado, a teoria de Maurizio Lazzarato e Antonio Negri sobre o trabalho imaterial, em seus textos da década de 1990, nos quais mostram um otimismo em relação às condições de trabalho contemporâneas e sua abertura à emancipação; assim como a obra de Pierre Dardot e Christian Laval acerca da lógica neoliberal e como esta cooptou até mesmo a possível abertura à emancipação indicada por Lazzarato e Negri. Tal reflexão, portanto, pretende mostrar como a opressão e dominação do capital aprofundou-se em um cenário diferente do profetizado no início do neoliberalismo.

**PALAVRAS-CHAVE:** trabalho; neoliberalismo; subjetividade; capitalismo.

## INTRODUZINDO A QUESTÃO

O presente ensaio tem como pano de fundo uma reflexão sobre a transformação da relação entre subjetividade e trabalho na emergência do neoliberalismo. Para isso, buscarei analisar as relações entre sociedade, subjetividade e trabalho na contemporaneidade a partir de um horizonte de sentido (pós-)marxista, ou que dialoga com a tradição marxista e sua maneira de compreender o social.

Esta reflexão será orientada pela tese marxiana, emprestada de Hegel<sup>1</sup>, de que, grosso modo, o trabalho, além de fazer e transformar o mundo, ao ser um trabalho negador do mundo natural dado e externo ao sujeito, é formador, constituidor do próprio sujeito, da subjetividade que atua e trabalha.

Assim, ao trabalhar, o trabalhador não só muda e cria a realidade fora dele, mas também constitui a si próprio. Por isso, o como se trabalha, a forma pela qual o trabalho se realiza em cada momento da história, em

---

1. Sobre isso, cito: “Primeiro, o ser humano nega a natureza (negação exteriorizada no seu esforço para reduzir a natureza a suas próprias necessidades); e, em segundo lugar, ele ou ela transforma o elemento negado por meio de trabalho e luta. Ao transformar a natureza, o ser humano cria um mundo; mas no processo, ele ou ela fica exposto(a) a sua própria negatividade. Sob o paradigma hegeliano, a morte humana é essencialmente voluntária. É o resultado de riscos conscientemente assumidos pelo sujeito. De acordo com Hegel, nesses riscos o “animal” que constitui o ser natural do indivíduo é derrotado” (MBEMBE, 2016, p. 125).

cada modo de produzir e reproduzir a vida, em cada era, interfere diretamente na constituição de sujeitos desta época. Assim, a mudança do caráter do trabalho durante os diversos momentos da história é acompanhada pela mudança do campo da subjetividade.

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. (MARX, 2013, p. 255-6)

Em suma, mudanças na esfera produtiva, no mundo do trabalho, acarretam diretamente em mudanças na constituição dos sujeitos. O trabalho, apesar de algo atemporal e universal<sup>2</sup>, desdobra-se e transforma-se no tempo e na história, a partir da configuração da sociedade da qual participa.<sup>3</sup>

Essa é a tese que embasará a reflexão a seguir, a partir da qual buscarei compreender a constituição da subjetividade no neoliberalismo. Para tal fim, servir-me-ei de duas principais visões e teorias que se colocam na

2. Ao ser uma atividade ontologizante e por mediar o metabolismo entre o ser humano e seu entorno, no caso, a natureza, que ao ser posta em ato torna em sujeito o indivíduo, torna-o humano. Algo que podemos constatar na seguinte passagem de Marx: “O processo de trabalho [...] é atividade orientada a um fim, [...] apropriação do elemento natural para a satisfação de necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre homem e natureza, perpétua condição natural da vida humana e, por conseguinte, *independente de qualquer forma particular dessa vida, ou melhor, comum a todas as suas formas sociais.*” (MARX, 2013, p. 261, grifo meu)

3. Talvez seja interessante atentar aqui para a questão da centralidade e do lugar da categoria trabalho na tradição marxista, questão que transpassa a reflexão deste artigo. Discursar acerca do trabalho e sua relação com o âmbito social, a partir de uma compreensão teórica marxista, implica, direta ou indiretamente, colocar a seguinte questão: o trabalho forma a sociedade, ou seja, o trabalho em sua atualidade que molda o social, ou a sociedade, em suas diversas configurações e organizações que organiza a forma de produção, o trabalho? Uma resposta mais marxista ortodoxa optaria pela primeira alternativa ou seja, o campo do trabalho que determinaria, de maneira unilateral, a superestrutura, âmbito este relegado ao Estado, à cultura, à educação, etc. (cf. MARX, 1971, p.28)

esteira teórica do marxismo, seja aderindo às suas teses (integralmente ou em partes), seja discutindo-as, a saber, (i) a tentativa de atualização da categoria marxiana de trabalho empreendida por Lazzarato e Negri; (ii) os estudos acerca da lógica neoliberal de Dardot e Laval, os quais são reconhecidamente influenciados pela filosofia de Michel Foucault, mais especificamente sua obra *Nascimento da biopolítica* de 1979 (cf. DARDOT; LAVAL, 2016, p. 17, nota 6).

Trago estas duas perspectivas pois em ambos os casos, embora estejam tratando de épocas diferentes e fenômenos diferentes dentro da história do capitalismo, o trabalho assume uma importância estruturante, tanto na sociedade quanto na subjetividade, assim como concordam com a ocorrência de uma mudança na natureza do trabalho a partir das transformações ocorridas no capitalismo no último quarto do século XX. Assim, para estes autores, a mudança, seja no caráter próprio do trabalho, seja na esfera produtiva de maneira geral, afeta diretamente o campo da subjetividade, a constituição dos sujeitos.

Os quatro autores estão de acordo com a tese marxiana que apresentei acima, sobre a íntima relação de determinação entre trabalho e subjetividade, e é a partir dela e sobre ela que teorizam. Como dizem Lazzarato e Negri: “a questão da subjetividade pode ser colocada como o faz Marx, isto é, como questão relativa à transformação radical do sujeito na sua relação com a produção.” (LAZZARATO; NEGRI, 2001, p. 30). Já nas palavras de Dardot e Laval, “essa análise vai ao encontro de uma das intuições mais profundas de Marx, que compreendeu muito bem que um sistema econômico de produção era também um sistema antropológico de produção.” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 27)

Outra questão central na escolha desses referenciais teóricos é que, apesar de concordarem tanto com a tese marxiana apresentada, quanto

com o fato de que houve uma mudança sensível nas formas de vida e no laço social contemporâneo a partir do trabalho, as duas teorias supracitadas não concordam em algo, a saber, a consequência destas mudanças no âmbito subjetivo, o caráter dessas mudanças na subjetividade. Enquanto Negri e Lazzarato apostam em tal mudança no trabalho, na sociedade e na subjetividade como algo positivo, que tende à emancipação da subjetividade do jugo do capital, Dardot e Laval mostram como o advento do neoliberalismo, em verdade, só enlaça mais o sujeito, só apodera-se mais da subjetividade como um “nó de força”.

Antes de seguir com minha exposição, gostaria de deixar claras algumas escolhas metodológicas. Para começar, recorto o escopo bibliográfico deste ensaio, que se concentra, principalmente, nos livros *Trabalho Imaterial: formas de vida e produção de subjetividade*, de Lazzarato e Negri, uma compilação de textos e artigos dos autores em torno do tema, e *A nova razão do mundo: ensaio da sociedade neoliberal*, de Dardot e Laval. Outro recorte necessário para tratar especificamente da relação trabalho e subjetividade, foi em relação aos temas abordados pelos livros, por isso o uso deles aqui é menos no sentido de reconstruir os argumentos e apontamentos dos autores de maneira integral do que usar de suas pesquisas para pensar uma questão para além deles e com eles (que possivelmente já se encontra indiretamente, ou de maneira germinal, em seus trabalhos). Assim, não buscarei descrever minuciosamente a lógica neoliberal ou a atualização da categoria “trabalho” em “trabalho imaterial”, mas buscarei articular suas consequências, mostrar como isto desemboca em mudanças na constituição da subjetividade.

O objetivo central deste ensaio é compreender, a partir de e com os autores citados, como na contemporaneidade neoliberal a subjetividade não apenas é determinada pelo trabalho, não só se relaciona com o tra-

balho de maneira a ser determinada no trabalhar, mas ela própria que é posta a trabalhar, a gerar valor.

Mostrar isto exigirá também tratar de seus desdobramentos, ou seja, como esta mudança na relação trabalho e subjetividade, diferente do que Negri e Lazzarato previram, não levou a uma emancipação, mas sim encerrou, e vem encerrando, mais ainda o indivíduo à dominação capitalista, como Dardot e Laval nos mostram. Assim, em um último momento, tentaremos compreender como Dardot e Laval, indiretamente, respondem — ao descreverem o estado atualíssimo do neoliberalismo — ao diagnóstico e previsão realizados por Negri e Lazzarato, e como estes falharam em seu otimismo.

Assim, em síntese, as seguintes páginas demonstram como uma mudança na organização social acompanha/é acompanhada por uma mudança na esfera produtiva, além das consequências destas mudanças na subjetividade, a começar pela descrição do contemporâneo, do momento atual e como ele traz novidades à caracterização do capitalismo.

## **O MOMENTO ATUAL**

“A originalidade do neoliberalismo está no fato de criar um novo conjunto de regras que definem não apenas outro ‘regime de acumulação’, mas também, mais amplamente, outra sociedade.” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 24). Muitos dos teóricos, sejam eles filósofos ou não, que se debruçaram sobre a contemporaneidade parecem concordar que a partir do meio do século passado houve uma mudança no caráter do capitalismo.<sup>4</sup> Isto não significa

---

4. Além de Dardot e Laval, Negri e Lazzarato, podemos pensar em teóricos como Deleuze, que faz tal apontamento em seu texto intitulado “Post-scriptum à sociedade de controle” de 1990; Nancy Fraser em seu texto acerca da relação entre a luta feminista e o capitalismo em “Feminismo, capitalismo e a astúcia da história” de 2009; Luc Boltanski e Ève Chiapello na obra *O novo espírito do capitalismo* de 2005; David

que este rompeu-se ou foi substituído por outro modo de produção. Concordar com tal mudança também não significa que há um acordo acerca do caráter desta mudança, se ela é prejudicial ou benéfica para aqueles que visam a emancipação ou que diagnosticam o capitalismo enquanto algo que deve, necessariamente, ser superado.

Para Lazzarato e Negri, tal momento pode ser caracterizado como a passagem do período fordista – próprio das indústrias, da produção de bens de consumo materiais, do operariado – para o pós-fordismo, pós-industrial, no qual o trabalho e o capitalismo deixam de focar na produção de bens materiais para focar na circulação, propaganda, venda destes mesmos bens. Para eles, isto se dá por conta da derrota sofrida pelas lutas operárias, de meados de 1970, acerca das reivindicações de melhores condições e maior autonomia no trabalho, além da crise do fordismo.

Disto resultou a emergência de um novo tipo de trabalho que se estrutura em torno da imaterialidade, por conta de diversos fatores, a saber, (i) a nova organização da fábrica de maneira difusa e descentralizada; (ii) a grande terceirização e precarização dos trabalhos braçais; (iii) o crescimento do setor terciário de serviços, demandado pelas novas ocupações exigidas por uma organização social que se torna vigente; (iv) a revolução técnico-científica, o aumento das tecnologias de transporte e comunicação, a financeirização da economia, entre outras variáveis. O caráter intelectual imaterial deste novo trabalho também pode ser posto pelos novos produtos por ele produzidos, como informação, códigos, softwares, aplicativos, etc. (LAZZARATO; NEGRI, 1991, p. 45).

A materialidade do trabalho e das mercadorias que produzia é colocada em segundo plano pela informação, é submetida à comunicação.

---

Harvey expõe tal mudança em seu livro *A condição pós moderna* de 1989, etc.



A empresa e a economia pós-industrial são fundadas sobre o tratamento da informação. Mais do que assegurar (como fazia ainda a empresa do século XIX) o controle de quanto está no montante do seu produto e o controle dos mercados das matérias-primas (inclusive o trabalho), a empresa estrutura sua estratégia do que encontra no final o processo de produção: a venda e a relação com o consumidor. Ela se volta sempre mais para a comercialização e financeirização do que para a produção. Um produto, antes de ser fabricado, deve ser vendido (também na indústria pesada, como aquela de automóvel, em que um veículo é colocado em produção só depois que a rede de venda encomenda). Esta estratégia se baseia sobre a produção e o consumo de informação. Ela mobiliza importantes estratégias de comunicação e de marketing para reapreender a informação (conhecer a tendência do mercado) e fazê-la circular (construir um mercado) (LAZZARATO; NEGRI, 2001, p. 43-4).

Já para Dardot e Laval, a grande virada, como os próprios nomeiam a passagem de 1970 para 1980 foi marcada pelo rompimento com a social-democracia, seu estado de bem-estar e a regulamentação estatal baseada em uma política keynesiana macroeconômica. Tal emergência se deu em nome da diminuição da inflação, da retomada do crescimento em um contexto de declínio da era de ouro do capitalismo (1945-1973), ou como “uma resposta política à crise econômica e social do regime ‘fordista’ de acumulação do capital.” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 189). Como eles afirmam:

No entanto, no fim dos anos 1960, o modelo “virtuoso” do crescimento fordista depara com limites endógenos. As empresas sofreram uma baixa sensível em suas taxas de lucro. Essa queda da “lucratividade” explica-se pela desaceleração dos ganhos de produtividade, pela relação das forças sociais e da combatividade dos assalariados (o que deu aos “anos 1968” sua característica histórica), pela alta inflação amplificada pelas duas crises do petróleo, em 1973 e 1979. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 195)

Importante atentar que os autores não discorrem apenas sobre uma crise no capitalismo, uma crise financeira/econômica, na acumulação ou produção do capital; eles apontam também para uma crise de poder, uma crise de governabilidade, uma crise social. Esta crise, por sua vez, exige e desenvolve uma nova forma de governo, uma nova forma de estado e organização das pessoas. Somadas a esforços datados das primeiras décadas do século XX, tais crises têm como um de seus resultados o neoliberalismo<sup>5</sup>.

Ou seja, o que ainda restava do liberalismo em seu modelo fordista-keynesiano ruiu, dando lugar a formulação neoliberal. Para que esta tese seja compreendida, precisamos assumir, pelo menos por ora, o posicionamento de Dardot e Laval, que nos convida a deslocarmos-nos das interpretações e leituras errôneas do neoliberalismo como uma simples retomada do liberalismo, como um retorno ao verdadeiro livre mercado sem os imperativos keynesianos de regulamentação. Podemos, assim, compreender que o neoliberalismo não é o resgate da teoria clássica liberal, mas sim uma nova teoria, uma nova doutrina, a partir da qual o mercado passa a ser o lugar por excelência das trocas sociais e culturais, o lugar a partir do qual e no qual o sujeito se forma. O que está em jogo aqui não é a simples volta do *laissez-faire*, mas uma nova concepção de mundo baseada nas figuras da empresa e do mercado. Emerge com o neoliberalismo uma nova racionalidade, entendendo racionalidade como o horizonte de sentido, de significados de uma época, a partir do qual os indivíduos formam-se e vêem o mundo.

Na realidade, essas novas formas políticas exigem uma mudança muito maior do que uma simples restauração do “puro” capitalismo de antigamente e do liberalismo

---

5. Sobre a formulação histórica e teórica da doutrina neoliberal cf. DARDOT; LAVAL, 2016, p. 37-100. (parte destinada à “Refundação Intelectual”).

tradicional. Elas têm como principal característica o fato de alterar radicalmente o modo de exercício do poder governamental, assim como as referências doutrinárias no contexto de uma mudança das regras de funcionamento do capitalismo. Revelam uma subordinação a certo tipo de racionalidade política e social articulada à globalização e à financeirização do capitalismo. Em uma palavra, só há “grande virada” mediante a implantação geral de uma nova lógica normativa, capaz de incorporar e reorientar duradouramente políticas e comportamentos numa nova direção (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 190).

Por ser uma doutrina que busca não só a volta do crescimento econômico, mas solucionar uma crise de governabilidade de uma organização social que falhou ou esgotou seus pressupostos enquanto teoria legítima de estruturação social<sup>6</sup>, o neoliberalismo surge não de maneira a descrever a realidade ou o ser humano com tendências naturais à troca, como nos ilustra Adam Smith. O neoliberalismo coloca-se como uma doutrina normativa, que coloca leis, regras, normas de como devem agir indivíduos e empresas para que se valorizem, para que cresçam em um contexto de liberalização financeira e globalização tecnológica. Assim, para Dardot e Laval, o neoliberalismo normativo seria um “conjunto de discursos, práticas, dispositivos de poder visando à instauração de novas condições políticas, a modificação das regras de funcionamento econômico e a alteração das relações sociais de modo a impor esses objetivos.” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 191)

---

6. Tal crise da governabilidade pode ser pensada a partir de questões como a decadência do ideário marxista com o fracasso de sua aplicação na União Soviética, o que representava o fim de qualquer alternativa visível ao capitalismo, além do enfraquecimento e da crise dos modelos regulatórios da era de ouro do capitalismo, o que não permitia uma solução com mais capitalismo, como fora após a crise de 1929. Assim, a culpa recai sobre o Estado, visto enquanto responsável pelos desperdícios e freio à prosperidade e emancipação. (Cf. DARDOT; LAVAL, 2016, p. 207)

## O FIM DAS FRONTEIRAS ENTRE TRABALHO E VIDA

Com os marcos temporais e teóricos de nossa discussão postos, seguimos para a questão central deste ensaio: a nova relação entre a esfera do trabalho e a subjetividade.

Neste novo momento do capitalismo, a relação entre o sujeito e a questão do trabalhar ganham uma nova dimensão. O que ocorre por dois principais motivos. O primeiro deles, a partir de Dardot e Laval, é o fim da fé no Estado enquanto guardião dos direitos e dos cidadãos. A decadência da compreensão do Estado enquanto organizador do laço social deixou o sujeito-cidadão sem respaldo e desprovido de qualquer estrutura simbólica, de significados, valores, direitos e seguranças a partir dos quais se constituir. A exigência de liberdade e autonomia foi levada a cabo e radicalizada, pois, no neoliberalismo não há mais uma instituição que organize a formação dos sujeitos, nem regule a vida em comum<sup>7</sup>. “O Estado já não se destina tanto a assegurar a integração dos diferentes níveis da vida coletiva quanto a ordenar as sociedades de acordo com as exigências da concorrência mundial e das finanças globais. A gestão da população muda de método e significado.” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 284)

Além de diversos adoecimentos (listados e explicitados por Dardot e Laval no capítulo nono do livro *A nova razão do mundo*), isto abre espaço para que uma nova instituição absorva e seja responsável pela produção

---

7. Dardot e Laval trazem uma descrição mais detalhada do que seria essa ausência de Estado e suas consequências: “o capitalismo avançado destrói a dimensão coletiva da existência: destrói não só as estruturas tradicionais que o precederam, sobretudo a família, mas também as estruturas que ajudou a criar, como as classes sociais. Assistimos a uma individualização radical que faz com que todas as formas de crise social sejam percebidas como crises individuais, todas as desigualdades sejam atribuídas a uma responsabilidade individual. [...] indivíduos “liberados” da tradição e das estruturas coletivas, liberados dos estatutos que lhes atribuíam um lugar. Hoje, esses seres ‘livres’ devem ‘autorreferenciar-se’, isto é, dar-se referências sociais e adquirir um valor social à custa de uma mobilidade social e geográfica sem limite determinado.” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 348)

das subjetividades, pela produção de símbolos e significados sociais, em última instância pela unidade e coerência da experiência social, a saber, a empresa, local próprio de produção, substituto da indústria do capitalismo liberal. Tudo se submete à empresa, seja o Estado, seja o campo da subjetividade.

Uma das características principais desse período não é o “fim dos Estados-nações”, mas a relativização de seu papel como entidade integradora de todas as dimensões da vida coletiva: organização do poder político, elaboração e difusão da cultura nacional, relações entre classes sociais, organização da vida econômica, nível de emprego, organização local etc. Os Estados tendem a delegar grande parte dessas funções às empresas privadas, que com frequência já são globalizadas ou obedecem a normas mundiais. Entregam a elas parte da tarefa de garantir o desenvolvimento socioeconômico do país, como a responsabilidade pela “cultura de massa” à mídia privada. Assistimos, por conseguinte, a uma privatização parcial das funções de integração, funções que não correspondem às mesmas exigências e temporalidades, conforme dependam da competência de empresas privadas ou das prerrogativas do poder público. É o caso do emprego, já que os subsídios às empresas asseguram apenas precariamente a missão de desenvolvimento e organização do território em longo prazo. É o caso também da “cultura” ou do ensino, uma vez que as empresas privadas não buscam os mesmos objetivos que aqueles classicamente atribuídos ao Estado. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 286)

Por ser a nova instituição de organização social, a empresa coloca sua norma enquanto o padrão a seguir, visando sempre “criar situações de concorrência que supostamente privilegiam os mais “aptos” e os mais fortes e a adaptar os indivíduos à competição, considerada a fonte de todos os benefícios.” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 287).

Esta lógica — proveniente do campo empresarial de concorrência entre empresas ou até mesmo no seio da mesma empresa entre os diversos trabalhadores — agora é imposta a todos os sujeitos para além da empresa, para além da jornada de trabalho. Tal concorrência imprime-se no funcio-

namento do Estado e no funcionamento do ser humano mesmo. Em suma, o que Laval e Dardot buscam apresentar é como a lógica que antes restringia-se ao mundo do trabalho, participa agora de toda a organização social, de todas as esferas participantes do social.

Já para Negri e Lazzarato, a emergência do pós-industrial fez emergir um novo caráter do trabalho, o trabalho imaterial. Este, por sua vez, não mais exige o trabalho braçal nem a produção de objetos sensíveis, mas exige serviços em torno destes objetos produzíveis concretamente e ‘produtos’ imateriais. Estes novos ‘produtos’, por sua vez, trazem em si uma especificidade, eles exigem muito mais que o investimento de força física em sua produção, eles exigem a alma própria, a subjetividade própria na produção, com sua complexidade, saberes, cultura, ideologia, só estas podem produzir os produtos imateriais, os produtos comunicacionais, de serviço, de propaganda, de criação, cultura, etc.

Assim, para estes autores, com o fim da hegemonia do trabalho material, que buscava criar coisas materiais, com o novo caráter imaterial do trabalho, finda-se também a necessidade deste ser exercido estritamente em uma indústria, o que desarticula também a necessidade de que se determine certo número de horas do dia de cada um a ser dedicado ao trabalho. Toda hora se produz/trabalha, assim como a toda hora se vive. Ou seja, a desindustrialização do trabalho implica em uma flexibilização da jornada de trabalho, que implica, por sua vez, em uma não restrição das horas de trabalho à empresa e ao ato de produzir, mesclando e confundindo o trabalho com a vida.

A categoria clássica de trabalho se demonstra absolutamente insuficiente para dar conta da atividade do trabalho imaterial. Dentro desta atividade, é sempre mais difícil distinguir o tempo de trabalho do tempo da produção ou do tempo livre. Encontramo-nos em tempo de vida global, na qual é quase impossível distinguir entre o tempo produtivo e o tempo de lazer. (LAZZARATO; NEGRI, 2001, p. 30)

Em suma, por conta do novo caráter do trabalho, não se tem mais distinção entre hora de descanso, lazer e trabalho, tudo acontece simultaneamente, nunca paramos de trabalhar, mas também nunca findamos, por completo, o lazer, o tempo de vida global.

Assim, para todos os quatro autores, o que ocorre é uma absorção, por parte da esfera do trabalho, do resto da vida, ou, nas palavras de Negri e Lazzarato, da vida global, da totalidade da experiência humana em um meio coletivo e social. Para estes autores, o próprio trabalho exige a subjetividade e o tempo global da vida, cada momento torna-se produtivo, já com Dardot e Laval, encontramos o espaço próprio de trabalho na contemporaneidade – a saber, a empresa – ditando e organizando todas as áreas da vida humana, findando a heterogeneidade permitida na democracia liberal, reduzindo toda a experiência de vida humana em torno da empresa e seu funcionamento concorrencial em nome da maximização do consumo e da produção de valor.

## **A NOVA SUBJETIVIDADE A PARTIR DA INDIFERENCIAÇÃO VIDA-TRABALHO**

Negri e Lazzarato ao refletirem sobre o trabalho imaterial trazem também uma reflexão acerca do como este novo caráter do trabalho afeta a subjetividade. Com o deslocamento do trabalho da área produtiva, tem-se o fim da jornada de trabalho e sua produção material acarretam uma contradição: o trabalho que produzia mercadorias e objetos cessou de ser a fonte da riqueza por conta da mudança no caráter do trabalho, o tempo de trabalho findou, mas era exatamente nele que se podia extrair o mais-valor. Logo, de onde viria o valor nessa nova etapa do capitalismo? Os autores nos respondem: da subjetividade. Assim, além da subjetividade própria

ser posta para produzir, ela constitui-se para além da determinação do trabalho, independente do capital e não mais subordinada a ele.

[A relação entre subjetividade e capital] não é mais uma relação de simples subordinação ao capital. Ao contrário, esta relação se põe em termos de independência com relação ao tempo de trabalho imposto pelo capital. Em segundo lugar, esta relação se põe em termos de autonomia com relação à exploração, isto é, como capacidade produtiva, individual e coletiva, que se manifesta como capacidade de fruição. [...] o trabalho imaterial não se reproduz (e não reproduz a sociedade) na forma de exploração, mas na forma de reprodução da subjetividade. (LAZZARATO; NEGRI, 2001, p. 30)

Sendo uma relação independente, os autores colocam a relação entre subjetividade e trabalho na contemporaneidade como um passo em vias de emancipação. Em outras palavras, a mudança ocorrida no meio do século passado é um passo no sentido da libertação verdadeira do jugo do capital, é o fim da subordinação da subjetividade às determinações da esfera da produção e do trabalho. O fim da jornada de trabalho necessária é o fim da constituição da subjetividade de maneira dependente ao trabalho. A constituição de sujeitos se dá para além do trabalho, para além da fábrica (cf. LAZZARATO; NEGRI, 2001, p. 31).

Devemos atentar para o caráter central que dão para isto. Constituir sujeitos para além da esfera do capital e da produção acarretará no fim do próprio sistema capitalista, pois explodiria suas próprias bases.

Já para Dardot e Laval (2016, p. 326), o que ocorre no neoliberalismo é uma homogeneização do discurso do ser humano em torno da figura da empresa, ou seja, difere da democracia liberal e do liberalismo clássico, que permitiam uma heterogeneidade de discursos, âmbitos plurais a partir dos quais poderia o ser humano viver.



Durante muito tempo, o sujeito ocidental dito “moderno” pertenceu a regimes normativos e registros políticos que eram ao mesmo tempo heterogêneos e conflituosos: a esfera consuetudinária e religiosa das sociedades antigas, a esfera da soberania política, a esfera da troca mercantil. Esse sujeito ocidental vivia, portanto, em três espaços diferentes: o dos serviços e das crenças de uma sociedade ainda ruralizada e cristianizada; o dos Estados-nações e da comunidade política; e o do mercado monetário do trabalho e da produção. Desde o início, essa divisão foi movediça, e o desafio das relações de força e das estratégias políticas era precisamente fixar e mudar suas fronteiras. As grandes lutas acerca da própria natureza do regime político dão uma expressão singularmente condensada disso. Mais importantes, porém mais difíceis de captar, são a mudança progressiva das relações humanas, a transformação das práticas cotidianas induzidas pela nova economia, os efeitos subjetivos das novas relações sociais no espaço mercantil e das novas relações políticas no espaço da soberania. As democracias liberais eram universos de tensões múltiplas e impulsos disjuntivos. Sem entrar em considerações que vão além de nosso propósito, podemos descrevê-las como regimes que, dentro de certos limites, permitiam e respeitavam um funcionamento heterogêneo do sujeito, no sentido de que asseguravam tanto a separação quanto a articulação das diferentes esferas da vida. Essa heterogeneidade se traduzia na independência relativa das instituições, das regras, das normas morais, religiosas, políticas, econômicas, estéticas e intelectuais. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 322-3)

Com o neoliberalismo, porém, passa-se à produção de sujeitos unários, com a totalidade de sua existência voltada para a esfera da empresa, isto é, que têm a empresa enquanto organizador total de sua subjetividade.

Tal redução do escopo de experiência humana exige também novas formas de operar o poder sobre os humanos. A instauração da empresa enquanto unificadora da vida não poderia continuar exercendo-se a partir das mesmas formas de coerção, das mesmas formas de exercício de poder. A fabricação do sujeito neoliberal pede outro tipo de exercício de poder sobre ele e sua constituição. Para Dardot e Laval, o novo momento do ca-

pitalismo não se trata mais das

[...] antigas disciplinas que se destinavam, pela coerção, a adestrar os corpos e a dobrar os espíritos para torná-los mais dóceis. [...] Trata-se agora de governar um ser cuja subjetividade deve estar inteiramente envolvida na atividade que se exige que ele cumpra. Para isso, deve-se reconhecer nele a parte irredutível do desejo que o constitui (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 327).

Ou seja, a passagem ocorrida no meio do século passado implicou uma passagem das formas disciplinares, de coerção e adestramento de corpos, para formas de controlar, adestrar capturando o desejo, capturando desde dentro, a partir do mais íntimo.

Estabelecendo uma correspondência íntima entre o governo de si e o governo das sociedades, a empresa define uma nova ética, isto é, certa disposição interior, certo *ethos* que deve ser encarnado com um trabalho de vigilância sobre si mesmo e que os procedimentos de avaliação se encarregam de reforçar e verificar. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 332)

O sujeito deixa de ser passivo, deixa de ser compreendido enquanto aquele que se permite modelar. Houve a demanda por uma crescente autonomia, por uma crescente liberdade por parte das lutas sociais, mas isto acaba cooptado pelo neoliberalismo de forma que radicalizaram a liberdade e usaram-na contra os sujeitos. O neoliberalismo permite a liberdade, cede autonomia máxima aos indivíduos, mas em troca captura-lhes o desejo, não sendo necessário mais que o poder dite o que fazer, pois ele ensinou o que desejar, o que almejar. A empresa foi interiorizada por cada um, com a falsa ilusão de que se faz o que quer e se é livre.

[...] não se trata mais de reconhecer que o homem no trabalho continua a ser um homem, que ele nunca se reduz ao status de objeto passivo; trata-se de ver nele o sujeito ativo que deve participar inteiramente, engajar-se ple-

namente, entregar-se por completo a sua atividade profissional. O sujeito unitário é o sujeito do envolvimento total de si mesmo. A vontade de realização pessoal, o projeto que se quer levar a cabo, a motivação que anima o “colaborador” da empresa, enfim, o desejo com todos os nomes que se queira dar a ele é o alvo do novo poder. O ser desejante não é apenas o ponto de aplicação desse poder; ele é o substituto dos dispositivos de direção das condutas. Porque o efeito procurado pelas novas práticas de fabricação e gestão do novo sujeito é fazer com que o indivíduo trabalhe para a empresa como se trabalhasse para si mesmo e, assim, eliminar qualquer sentimento de alienação e até mesmo qualquer distância entre o indivíduo e a empresa que o emprega. Ele deve trabalhar para sua própria eficácia, para a intensificação de seu esforço, como se essa conduta viesse dele próprio, como se esta lhe fosse comandada de dentro por uma ordem imperiosa de seu próprio desejo, à qual ele não pode resistir. [...] suprimir qualquer sentimento de alienação: obedecer ao próprio desejo [...] (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 327)

Interiorizado o poder, capturado o desejo, o neoliberalismo, com sua norma empresarial, também dita regras à subjetividade. Para “ganhar” a concorrência e a competição constante com o outro e consigo mesmo, deve-se empoderar-se, maximizar seus resultados, bater suas metas e objetivos, empreendendo-se a si mesmo. O que ocorre no neoliberalismo é o fenômeno, denominado por Dardot e Laval de ‘empresa de si mesmo’, que é descrito por eles como a “ideia de que cada indivíduo pode ter domínio sobre sua vida: conduzi-la, geri-la e controlá-la em função de seus desejos e necessidades, elaborando estratégias adequadas.” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 333).

Tal empreender-se a si próprio gera um processo de valorização do eu, na qual todas as ações do indivíduo são pensadas como atitudes empresariais, colocando o indivíduo não mais como um trabalhador, mas sim como uma empresa que oferece serviços ao mercado, o que, em verdade, não visa uma melhora da vida da pessoa, por trás disso reside uma inten-

ção que gravita em torno da maximização e da efetividade da geração de valor nas empresas. Os autores colocam neste momento do texto o conceito de *capital humano*.

O novo sujeito é visto como proprietário de “capital humano”, capital que ele precisa acumular por escolhas esclarecidas, amadurecidas por um cálculo responsável de custos e benefícios. Os resultados obtidos na vida são fruto de uma série de decisões e esforços que dependem apenas do indivíduo e não implicam nenhuma compensação em caso de fracasso, exceto as previstas nos contratos de seguro privado facultativo. A distribuição dos recursos econômicos e das posições sociais é vista exclusivamente como consequência de percursos, bem-sucedidos ou não, de realização pessoal (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 346).

## **CONCLUSÃO (OU A COLONIZAÇÃO NEOLIBERAL DO ÚLTIMO LUGAR DE LIBERDADE)**

Como acima posto, em Laval e em Dardot temos a subjetividade sendo orientada e constituída a partir da empresa e de sua lógica, em Lazzarato e Negri a subjetividade constituindo-se fora da empresa, de maneira independente e, apenas posteriormente, mobilizada para gerar valor e usada no trabalho, seja a partir da imaginação e da criatividade, seja a partir do conteúdo cultural-ideológico apreendido e elaborado pelos sujeitos. Ambos os pólos teóricos nos apresentam duas diferentes formas de encarar a emergência de uma nova era do capitalismo, uma era na qual o caráter do trabalho e a constituição de sujeitos muda.

A mudança no capitalismo, para os autores tratados, por um lado fez emergir um trabalho intelectual, que mobiliza a subjetividade, por outro mobiliza o desejo para fazer com que o sujeito gere cada vez mais valor. Em ambas as teorias, apesar do tom otimista de Negri e Lazzarato, o novo

momento da relação entre trabalho e subjetividade parece mostrar um enlace cada vez maior do sujeito, cada vez mais encerrado na dominação do capital.

Apesar de nos mostrar que o fim da fronteira entre tempo de trabalho e tempo de vida é um aspecto emancipador, capaz de fazer explodir o capitalismo mesmo, Negri e Lazzarato parecem não atentar para como a exigência da alma e da subjetividade na fábrica, no trabalho, subjuga mais e mais o sujeito. Enquanto isso, Dardot e Laval parecem descrever as consequências da constatação dos primeiros: exige-se e usa-se a subjetividade na produção e na geração de mais valor, com isso, ela passa a funcionar a partir das lógicas da empresa. Com isso começa-se a exigir que a subjetividade trabalhe e opere nessa lógica, uma vez que ela própria é colocada a produzir valor.

O que Lazzarato e Negri viram emergir e diagnosticaram em meados de 1990 é constatado e descrito por Dardot e Laval, na contemporaneidade (meados de 2009, quando lançaram a edição original), como algo que não teve consequências emancipadoras, mas sim o contrário. Se em 1990 as mudanças do capitalismo e, conseqüentemente do trabalho, parecia apontar para uma emancipação ao findar as fronteiras entre trabalho e vida, destruindo a base própria do capitalismo, a história mostra que atualmente o neoliberalismo cooptou tal possibilidade, transformando isto, que fora apontado inicialmente como liberdade, em mais dominação pela mobilização da subjetividade em benefício do capital. Se, em Lazzarato e Negri, o trabalho imaterial, que usa da subjetividade, era o aflorar de um ponto fora da curva normal capitalista, o próprio capitalismo, em sua lógica neoliberal, compreendeu como colonizar este último resquício de liberdade, que até então não havia sido mobilizado para fins produtivos e lucrativos.

Lazzarato e Negri, ao apontarem que a subjetividade se constitui para além da fábrica, não contavam que o neoliberalismo poderia alcançá-la também para além da fábrica e fazer com que a própria constituição se desse a partir da lógica da fábrica e da empresa.

Talvez por isso a falsa impressão de mais liberdade, a falsa ilusão de autonomia dada pelo neoliberalismo, como apontado acima a partir do discurso de Dardot e Laval, e até mesmo a necessidade desta liberdade para o funcionamento e a geração de valor no liberalismo. Se ainda nos sobrava, em nossa subjetividade, em nosso íntimo, um resquício de liberdade e possibilidade de emancipação, com o neoliberalismo, com a necessidade não só da força corporal na fábrica, mas da potência intelectual e subjetiva, este último resquício foi também colonizado. E mais: utilizado, mobilizado pelo e em favor do capital.

**REFERÊNCIAS**

- BOLTANSKI, L. & CHIAPELLO, È. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo: ensaio da sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DELEUZE, G. *Post-scriptum* à sociedade de controle. In: *Conversações*. São Paulo: Ed. 34, 1992.
- FRASER, N. Feminismo, capitalismo e a astúcia da história. In: *Mediações*, v. 14, n. 2, 2009, pp. 11- 33.
- FOUCAULT, M. *Nascimento da biopolítica*. São Paulo, Martins Fontes, 2008.
- HARVEY, D. *Condição Pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.
- LAZZARATO, M.; NEGRI, A. *Trabalho Imaterial: formas de vida e produção de subjetividade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- MARX, K. *Contribuição para a Crítica da Economia Política*. Lisboa, 1971.
- \_\_\_\_\_. *O Capital: crítica da economia política: Livro I*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MBEMBE, A. Necropolítica, In: *Arte & Ensaios*. PPGAV, EBA, UFRJ, n.32, dez. 2016, pp. 123 - 151.